**VIII SIMPÓSIO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DE
DOURADOS - SICONF**

05/11 a 09/11/2018

**Profissional 4.0: perspectivas para formação e atuação dos profissionais
de contabilidade e finanças na Economia 4.0.**

O efeito econômico da PCLD com a aplicação do CPC 48

Jennifer Dos Santos Amarilha (jenny_dengo@hotmail.com)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Cláudio Soerger Zaro (zsclaudio@yahoo.com.br)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Lais Vitorino (laisvitorino@hotmail.com)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Resumo

Até a vigência do CPC 48 o ajuste ao valor dos clientes era somente por baixa efetiva, o que revelava-se como um rompimento ao regime de competência. A partir de 2018 as publicações têm que apresentar as informações com base em uma estimativa adequada. Diante disso, o presente estudo busca-se avaliar o impacto econômico da alteração nas demonstrações contábeis de empresas abertas brasileiras.

Para atender a finalidade do projeto, procurou-se empresas que publicassem seus dados das demonstrações contábeis, em que fosse possível fazer a comparação entre os anos de publicação, dos valores da conta PECLD. O número total de empresas selecionadas, foram sete.

A conclusão do trabalho, se deu pela análise do resultado líquido de cada empresa, da conta clientes e também o valor de seu ativo. Devido ao fato da mudança de CPC ser recente, ainda não devemos estabelecer respostas generalizadas para todos os ramos de negócio.

Palavras -chave: “CPC 48” “ PCLD” “Efeito Econômico”

Área Temática: I Contabilidade Financeira

1. INTRODUÇÃO

A partir do ano de 2018, os profissionais contábeis deverão estar atentos às novas normas contábeis estabelecidas em relação aos instrumentos financeiros, mais especificadamente à Provisão de Crédito da Liquidação Duvidosa. Esta, que até o final do ano de 2017 era contabilizada apenas se houvesse evidência de Perda incorrida, agora deve se basear em Perdas de Crédito ‘Esperadas’, calculadas sobre a perda potencial pela probabilidade de inadimplência. Nesse sentido, o reconhecimento para uma provisão não depende mais do não pagamento do título.

O regime de Competência, conforme a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, retrata com propriedade os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta a informação nos períodos em que ditos efeitos são produzidos, ainda que os recebimentos e pagamento em caixa derivados ocorram em períodos distintos. Logo, o tratamento corrente da PECLD vai de encontro a este regime.

Os impactos dessa alteração poderão ser observadas tanto em empresas financeiras, quanto em não financeiras. A pesquisa, visa abordar a relevância, e a conseqüente importância dos novos dados a serem demonstrados, que será verificado por meio de comparação entre as demonstrações contábeis de dois anos, onde é possível identificar diferenças em relação ao tratamento da PECLD. São esperadas mudanças nas apurações do resultado das operações e na situação financeira e patrimonial das empresas.

De forma simplificada, a inadimplência que antes era reconhecida apenas quando incorrida, agora pode ser demonstrada logo de início, quando há expectativa do não pagamento da dívida. Para esse fato ter efeito, deve-se envolver toda a equipe, desde o vendedor próximo ao cliente até o responsável pelas elaborações contábeis. Ainda é cedo para dizer se a nova norma contábil nos trará um valor significativo nas operações, de imediato, apenas sua mensuração diferenciada será percebida.

1.1 Objetivos

1.1.1 OBJETIVO(S) GERAL(S)

Avaliar o efeito da aplicação do CPC 48 nas empresas, verificando se as mesmas sofreram divergências econômicas nas suas demonstrações financeiras.

1.1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Definir Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD);
- Discutir o conceito de PECLD em relação ao regime de competência;
- Discutir o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros;
- Estabelecer as mudanças sofridas nas organizações com a adoção deste pronunciamento;
- Verificar se houve divergências econômicas nas demonstrações financeiras das organizações;

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Em um momento de crise, como o atual, verificou-se um aumento na inadimplência em muitas empresas brasileiras(Dana, 2016). Dana (2016) salienta que, este fenômeno pode ter efeitos severos para a economia, inviabilizando negócios, gerando desemprego e encarecendo o crédito bancário, mencionando-se que o spread bancário no Brasil atingiu 37,3%, um dos maiores do mundo. Sabendo da dificuldade de sanar inadimplência, visto que esta demora para recuar, a contabilidade ajuda a lidar com o problema demonstrando os fatos mais próximos da realidade. Segundo Niyama (2007) a contabilidade é considerada como a linguagem dos negócios, é ela quem busca informações sobre a “performance” empresarial e avalia o risco do investimento.

Com a harmonização dos sistemas contábeis, as informações ficaram mais claras e de fácil compreensão para a análise financeira das empresas, evitando a assimetria informacional. A adoção de um novo modelo contábil alterou os critérios de reconhecimento e mensuração dos itens patrimoniais, sendo um destes a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), conforme o CPC 38. Quando uma entidade

presta serviços ou vende mercadorias, há grandes chances de parte dos recursos oriundos dessas transações não serem recebidos. A provisão (PCLD) é a melhor estimativa de inadimplência que uma empresa espera enfrentar diante do seu nível de valores a receber de seus clientes, ou seja, é o ajuste dos créditos a receber aos valores mais próximos de sua realização. Ela é necessária para situações onde o credor deixa de cumprir com sua obrigação deixando a entidade com valores acima do que ela realmente iria receber, ficando seu ativo superestimado.

Para PADOVEZE (1996), Provisão “é a estimativa de uma provável despesa ou perda”. São dois atributos básicos: é uma previsão, portanto, o seu valor é estimativo; existe a probabilidade de a despesa não ocorrer. O item mais relevante que forma a base para o cálculo dessa provisão é Duplicatas a Receber do Cliente. No entanto, em 2010, com a adoção do padrão internacional de contabilidade IFRS, houve alterações nas normas contábeis. Conforme Martins et al (2013, pag. 400) a conta “Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)” tem a sua nomenclatura alterada para “Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa” (PECLD), sendo uma conta retificadora no ativo, uma espécie de ajuste da sua conta de Clientes. Os devedores duvidosos são mensurados por meio das perdas efetivamente incorridas, ou seja, somente o débito efetivamente considerado incobrável deve ser registrado. A PECLD tem sua importância no estudo da variabilidade dos resultados das entidades, podendo ser utilizada para gerenciá-los, informando sobre dados que não condizem com realidade da empresa.

Essa nova forma de contabilização difere da anterior porque, até então, as perdas eram calculadas com base em estimativas e/ou probabilidades de sua ocorrência. Isso é observável no item 59 do CPC 38 (2012)

38. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros tem perda no valor recuperável e incorre-se em perda no valor recuperável se, e apenas se, existir evidência objetiva de perda no valor recuperável como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (evento de perda) e se esse evento (ou eventos) de perda tiver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser confiavelmente estimado.

No entanto, todo contador deve basear-se em princípios que norteiam as normas e teorias da contabilidade, e, no que se refere aos créditos de liquidação duvidosa, há

uma clara inconsistência com o regime de competência expresso no CPC 00 (2011), que estabelece “o reconhecimento simultâneo ou combinado das receitas e despesas que resultem diretamente ou conjuntamente das mesmas transações ou outros eventos”. Nesse caso a inadimplência é resultado de uma venda específica e no momento inicial já é possível estimar a inadimplência que pode ser sofrida. Isso adequa tanto o resultado para níveis reais como o saldo a receber de clientes, para uma visão mais realista de realização.

O referido princípio entra em conflito com o PECLD no momento em que é constituída a provisão, pois não é possível saber se os créditos realmente serão recebidos ou se os créditos a vencer precisam de provisão antes do seu vencimento. Conforme Marion (2009), ao final do exercício, constata-se que os créditos de clientes serão recebidos no próximo exercício e também identifica que, parte desses créditos não serão recebidos e, conseqüentemente, devem ser transformados em perdas. O CPC 38, no entanto, não considera mais a provisão para crédito de liquidação duvidosa para fatos que ainda não foram incorridos e conseqüentemente considera que a competência de tal fato ocorra no momento em que a entidade não tem mais como recuperar o valor.

Diante disso, pode existir um conflito entre duas dimensões importantes da normatização contábil. Para estabelecer o racional para tal item busca-se avaliar a relevância econômica desse item, e aplicar a argumentação dessa tensão de regime de competência, pois os princípios são discutidos para que sejam aplicados de uma forma correta e que não prejudique nenhum dos usuários da contabilidade. De acordo com os princípios, a perda é necessária para que se demonstre a realidade, mas é necessário que seja utilizada de forma consciente e com o objetivo de representar o que realmente acontece e no momento em que acontece.

No entanto, tal problema foi sanado. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em conjunto com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), aprovou em novembro de 2016, o Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros, que tem correlação com a IFRS 9, a nova norma do IASB sobre instrumentos financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 trazendo algumas mudanças e correções de falhas conceituais, dentre elas, a ausência do PECLD no CPC e que agora passa a contemplá-lo.

Segundo o CPC 38, a mensuração das perdas do valor recuperável de ativos financeiros era com base em “perdas históricas” ou “incorridas”, contudo, com a adoção da nova norma, essas perdas modificam-se para “perdas esperadas”, que é, segundo o CPC 48, o valor presente de todas as insuficiências de caixa ao longo da vida “esperada” do instrumento financeiro. Por isso é importante que as entidades forneçam as informações necessárias para avaliar a posição patrimonial, a performance da entidade, a natureza e a extensão dos riscos oriundos das operações com instrumentos financeiros e a forma de como administra esses riscos.

Para KPMG (2017), a nova norma tem como objetivo elencar princípios para a elaboração dos relatórios financeiros bem como para os contratos relacionados aos ativos e passivos. Assim, ela traz alterações na forma como muitas empresas contabilizam seus instrumentos financeiros, pois introduz novos conceitos sobre a classificação e mensuração, incluindo o cálculo de perdas esperadas para a mensuração da redução ao valor recuperável de determinados ativos financeiros. Com esta mudança é possível ter maior controle e transparência nas atividades desses instrumentos. Assim, as perdas esperadas passam a ocorrer por meio de dois estágios: perdas de crédito esperadas para os próximos 12 meses ou quando o risco de crédito aumentar significativamente desde o seu reconhecimento inicial para toda a vida. Torna-se necessário avaliar qual abordagem aplicar e, para tanto, considerar todas as informações relevantes para saber se houve um aumento significativo do crédito ou não. A IFRS 9 não prescreve um único método para a mensuração, afirmando que esta pode variar dependendo do tipo do ativo financeiro e das informações disponíveis. Assim, ela pode ocorrer por probabilidade ponderada (possibilidade), valor presente (taxa de desconto é igual à taxa de juros efetiva ou aproximada) e insuficiência de caixa.

O CPC 48 alerta no entanto que “na maioria das vezes, é impossível associar o risco e a conseqüente dificuldade de recebimento a um único evento”, portanto, pode haver problemas de recuperação e que terão impacto na forma de contabilização desses eventos, exigindo um nível maior de complexidade nos processos, controles internos e gestão de risco nas organizações. KPMG (2017), afirma que tais mudanças afetarão de várias maneiras as empresas dos mais diferentes portes e ramos de atuação, sendo necessária uma avaliação detalhada dos impactos por parte dos contadores e executivos que lidam com a preparação das demonstrações financeiras, para que de forma antecipada consiga abordar possíveis implicações nos negócios da empresa. Dentre

estas mudanças, podem-se citar alterações na apuração do resultado das operações e na situação financeira e patrimonial, nas margens de cada contrato de venda e/ou prestação de serviços ao longo do contrato, cláusulas restritivas de dívidas poderão ser acionadas, programas de remuneração variável e distribuição de resultados deverão ser revistos, entre outros aspectos.

Portanto, os responsáveis pelas entidades deverão estudar com propriedade as áreas e informações de sua empresa que serão impactadas por tais mudanças, bem como identificar os recursos necessários para sua implantação e o fornecimento de informações quantitativas e qualitativas adequadas aos usuários das demonstrações financeiras. Tomando estas medidas antecipadamente, as demonstrações financeiras dificilmente serão afetadas e não ocorrerão problemas futuros nas organizações.

3. METODOLOGIA

O objetivo da pesquisa é avaliar o impacto da alteração da forma de mensuração nas demonstrações contábeis das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. Até a vigência do CPC 48 o ajuste ao valor dos clientes era somente por baixa efetiva, o que revelava-se como um rompimento ao regime de competência. A partir de 2018 as publicações têm que apresentar as informações com base em uma estimativa adequada. Diante disso busca-se avaliar o impacto econômico da alteração nas demonstrações contábeis de empresas abertas brasileiras.

Para responder a essa questão foram colhidas informações das demonstrações contábeis. Consultou-se as demonstrações contábeis das empresas abertas e foram selecionadas 7 empresas que apresentam destacadamente no balanço patrimonial da empresa o valor da PECLD. Tais empresas atuam em diferentes setores da economia o que permite uma visão geral dos possíveis impactos da alteração.

As empresas consultadas são apresentadas a seguir:

Quadro 1: Empresas com dados coletados para a Análise

Nome da Empresa	CNPJ	ATIVO 2016 (em milhares de	ATIVO 2017 (em milhares de
------------------------	-------------	---	---

		R\$)	R\$)
Cristal Pigmentos do Brasil S.A	15.115.504/0001-24	644.348	625.428
Cia Distrib de Gas do RJ - CEG	33.938.119/0001-69	2.807.544	3.100.454
Lojas America S.A	33.014.556/0001-96	20.775.991	27.536.385
Saraiva S.A Livreiros Editores	60.500.139/0001-26	1.333.877	1.399.185
Grazziotin S.A	92.012.467/0001-70	643.833.163	681.187.102
Guararapes Confecoes S.A	08.402.943/0001-52	7.561.735	7.981.777
Valid Soluções S.A	33.113.309/0001-47	2.074.697	2.059.765

Fonte: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm

Como é possível perceber a maior parte das empresas são de atuação varejista, mas também do setor elétrico, industrial, serviços. Todas são empresas com um tamanho relevante para a situação do país, conforme pode ser percebido pelo valor total do ativo.

Para análise do efeito da alteração no normativo contábil sobre PECLD foram coletadas as informações específicas de PECLD constituídas no ativo das sete empresa referentes ao ano de 2016 e 2017. Além disso, para melhor evidenciar o efeito da alteração, foram coletadas informações do total de clientes, total do ativo e resultado líquido, a fim de apresentar um índice da representatividade da PECLD em relação a essas variáveis.

Assim, essa pesquisa será descritiva, pois ela visa discutir a tensão entre regime de competência e materialidade da representação contábil, bem como sobre o efeito empresarial e macroeconômico dessas decisões.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente trabalho busca evidenciar o efeito da alteração do critério de perda efetiva para o critério de estimativa de perdas na Mensuração nas Perdas Estimadas para Créditos de liquidação duvidosa. Para isso, inicialmente apresenta-se o valor da respectiva conta redutora de clientes, referentes ao ano de 2016, em que a mensuração deve ser feita de acordo com o critério de perda efetiva e 2017, que passa a ser realizada a estimativa de perdas. Além do valor registrado no ativo das companhias para PECLD

é apresentada a diferença tanto nominal como percentual verificada de um ano para o outro.

Tabela 1 – Variação PECLD 2016/2017

Nome da Empresa	CNPJ	PECLD (ATIVO)		Variação	
		2016	2017	Nominal	%
Cristal Pigmentos do Brasil S.A	15.115.504/0001-24	-3.618	-3.811	-193	5,33%
Cia Distrib de Gas do RJ - CEG	33.938.119/0001-69	-47.561	-50.212	-2.651	5,57%
Lojas America S.A	33.014.556/0001-96	-28.559	-35.342	-6.783	23,75%
Saraiva S.A Livreiros Editores	60.500.139/0001-26	-1719	-1106	613	-35,66%
Grazziotin S.A	92.012.467/0001-70	-91.259	-91.358	-99	0,11%
Guararapes Confeccoes S.A	08.402.943/0001-52	-637.771	-657.185	-19.414	3,04%
Valid Soluções S.A	33.113.309/0001-47	-24.236	-23.253	983	-4,06%

Fonte: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm e Cláudio Zaro

Conforme é possível observar na tabela 1, o valor a título de PECLD é bastante diferenciado entre as empresas, isso principalmente em função das diferenças de tamanho e também dos ramos de atuação. Mas, com mais interesse, é possível ver mudanças significativas para algumas empresas no PECLD do ano mensurado por perda efetiva para o ano com mensuração por estimativa. Em geral o movimento foi todo para o aumento da PECLD registrada, no ativo. A menor variação refere-se a empresa Grazziotin S.A., que teve uma variação de meros 0,11% não registrando uma mudança acentuada no período. No entanto a segunda menor variação é de 3,04%, da empresa Guararapes confecções, mas tendo com maior variação a registrada pela empresa Saraiva S.A livreiros Editores que reduziu sua PECLD em mais de 35%. Esse não era um efeito muito esperado, mas é possível que seja por um reconhecimento exagerado de PECLD por perda efetiva em 2016, e esperando-se uma linearização nos próximos anos. Mas outra variação expressiva é vista em Lojas Americana S.A., em que a proporção de aumento da estimativa foi de 23,75%.

Essa análise permite uma primeira percepção sobre o fenômeno, mas para aprimorar a análise efetuou-se a transformação da PECLD em um índice de em relação importantes. Isso aumenta a sensibilidade da análise.

Inicialmente apresenta-se a proporção que a PECLD registrada no ativo representa do saldo da conta de clientes, tanto em 2016 como em 2017, além da variação.

Tabela 2 – Variação da proporção PECLD pelo saldo de Clientes de 2016/2017

Nome da Empresa	CNPJ	PROP PECLD/CLIENTES		Variação	
		2016	2017	Nominal	%
Cristal Pigmentos do Brasil S.A	15.115.504/0001-24	-3,67%	-4,86%	-1,19%	32,43%
Cia Distrib de Gas do RJ - CEG	33.938.119/0001-69	-12,13%	-9,94%	2,19%	-18,08%
Lojas America S.A	33.014.556/0001-96	-1,34%	-1,79%	-0,45%	33,64%
Saraiva S.A Livreiros Editores	60.500.139/0001-26	-0,48%	-0,53%	-0,05%	11,16%
Grazziotin S.A	92.012.467/0001-70	-0,07%	-0,06%	0,01%	-11,54%
Guararapes Confeccoes S.A	08.402.943/0001-52	-23,55%	-21,02%	2,53%	-10,76%
Valid Soluções S.A	33.113.309/0001-47	-8,12%	-6,94%	1,18%	-14,55%
				Média	3,19%
				Desv. Pad.	20,79%

Fonte: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm e Cláudio Zaro

A Análise da tabela 2 já demonstra um cenário bem diferente. O percentual do saldo de clientes relativo à PECLD varia muitíssimo entre as empresas, tendo um percentual surpreendentemente alto para empresas de empresa Distribuidora de Gás do RJ. Por se tratar de algo com consumo constante, o risco de desabastecimento deveria atuar na prevenção de inadimplência, mas o percentual é de 12,13% do total a receber em 2016 e 9,94% em 2017. A média de variação percentual foi de aumento de 3,19%, mas com um desvio padrão altíssimo. A maioria das empresas, surpreendentemente, registraram uma redução no percentual que a PECLD representava do saldo de clientes, o que não era um resultado esperado. Uma possível explicação pode ser em função do momento turbulento que o país está enfrentado, e com alguma tendência de melhora para os próximos períodos, em função do controle da inflação e expectativa de crescimento futuro.

Chama a atenção o efeito da Saraiva S.A. Livreiros Editores que demonstra um acréscimo expressivo na proporção de PECLD em relação ao total de clientes. Ou seja, a redução anterior, pode advir mais de uma redução no nível de financiamento de clientes, do que de efeito de PECLD alicerçados na mudança normativa.

Tabela 3 – Variação da proporção PECLD em relação ao Ativo de 2016/2017

Nome da Empresa	CNPJ	PROP PECLD/ATIVO		Variação	
		2016	2017	Nominal	%
Cristal Pigmentos do Brasil S.A	15.115.504/0001-24	-0,58%	-0,61%	-0,03%	5,33%
Cia Distrib de Gas do RJ - CEG	33.938.119/0001-69	-1,53%	-1,62%	-0,09%	5,57%
Lojas America S.A	33.014.556/0001-96	-0,10%	-0,13%	-0,02%	23,75%
Saraiva S.A Livreiros Editores	60.500.139/0001-26	-0,12%	-0,08%	0,04%	-35,66%
Grazziotin S.A	92.012.467/0001-70	-0,01%	-0,01%	0,00%	0,11%
Guararapes Confeccoes S.A	08.402.943/0001-52	-7,99%	-8,23%	-0,24%	3,04%
Valid Soluções S.A	33.113.309/0001-47	-1,18%	-1,13%	0,05%	-4,06%
				Média	-0,27%
				Desv. Pad.	16,56%

Fonte: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm e Cláudio Zaro

Nessa análise vemos que proporcionalmente a PECLD em média aumentou 16,56% em relação ao ativo. Esse é um dado mais próximo do esperado, pois com um reconhecimento com base em previsão, já se consideram as perdas oriundas de todo o período financiado e elas sofreriam um aumento considerável (com exceção de casos em que 2016 ocorreu perdas efetivas significativas). Verificamos a empresa Guararapes com PECLD com proporção em torno de 8% do total do ativo, indicando um risco elevado do efeito de inadimplência. Mas com exceção de duas, todas as empresas apresentaram aumento na proporção da PECLD em relação ao ativo. A média é de uma redução de 0,27% nessa proporção, fortemente puxada pela Saraiva S.A. Mas que essa redução da Saraiva, como visto no item anterior é reflexo da redução do financiamento a clientes.

Numa análise mais volátil, calculou-se o valor de PECLD ativo, em relação ao resultado da empresa.

Tabela 4 – Variação da proporção PECLD em relação ao Resultado de 2016/2017

Nome da Empresa	CNPJ	PROP PECLD/RESULTADO		Variação	
		2016	2017	Nominal	%
Cristal Pigmentos do Brasil S.A	15.115.504/0001-24	-4,31%	-4,82%	-0,52%	12,01%
Cia Distrib de Gas do RJ - CEG	33.938.119/0001-69	-16,36%	-14,82%	1,54%	-9,43%
Lojas America S.A	33.014.556/0001-96	-102,63%	-43,51%	59,12%	-57,61%
Saraiva S.A Livreiros Editores	60.500.139/0001-26	3,45%	2,13%	-1,32%	-38,39%
Grazziotin S.A	92.012.467/0001-70	-0,14%	-0,15%	-0,01%	4,37%
Guararapes Confeccoes S.A	08.402.943/0001-52	-200,84%	-115,23%	85,61%	-42,63%
Valid Soluções S.A	33.113.309/0001-47	-27,42%	-83,77%	-56,35%	205,53%
				Média	10,55%
				Desv. Pad.	83,09%

Fonte: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm e Cláudio Zaro

O que verifica-se nessa análise é um aumento médio na proporção da PECLD apresentada no ativo em relação ao resultado do período de 2016 para 2017. A média é de aumento de 10,55%, embora a variação entre empresas seja grande e várias tenham apresentado redução nessa proporção. Inferências sobre essa análise são impossíveis, pois o resultado variam em função de muitos fatores além da PECLD.

De maneira geral, os resultados apresentados, de formam muito preliminar e sem objetivo de generalização, identifica variações expressivas na PECLD das companhias,

seja pela análise isolada ou pela avaliação, mais refinada, da proporção que ela apresenta em relação a itens significativos do ativo.

5. CONCLUSÃO

A importância da ciência contábil para as organizações e para a sociedade como mecanismo de planejamento e controle é indiscutível. A contabilidade tenta descrever em suas demonstrações os fatos mais próximos da realidade possível, desse modo, a conta PECLD tem como finalidade ajustar os créditos a receber aos valores mais próximos de sua realização.

O presente artigo, partiu do objetivo de descrever as mudanças incorridas pelo efeito da aplicação do CPC 48 nas empresas, observando se as mesmas sofreram divergências econômicas nas suas demonstrações financeiras. Para isso, foi feita análise de resultados de sete empresas com atividades voltadas para diferentes setores da economia.

Por meio dos dados coletados das demonstrações contábeis publicadas no site da BM&FBOVESPA, foi possível verificar que na maioria das empresas em estudo, houve um aumento da PECLD registrada no ativo, entre os anos de 2016 e 2017. Em uma segunda análise, constatou-se resultados inesperados como na análise comparativa com o saldo de clientes da maior parte das empresas, onde sucedeu uma redução no percentual que a PECLD representava. Já com a análise feita em relação aos resultados da empresa, identificou-se um aumento médio de 10,55%.

Vale ressaltar, que o número de empreendimentos avaliados é insuficiente para generalizar os impactos resultantes com a mudança de aplicação do CPC 48.

Dessa forma, a pesquisa apresentou limitação nos resultados da amostra devido a mudança de CPC ter acontecido no corrente ano. Sendo assim, sugere-se que futuras pesquisas considerem mais anos de publicação, buscando efeitos significativos com estudos mais abrangentes.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DANA, Samy. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/blog/samy-dana/post/entenda-como-inadimplencia-afeta-economia-do-pais.html>. Acesso em: 13 mar 2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento conceitual básico (R1) para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. Disponível em: http://www.cpc.org.br/pdf/CPC00_R1.pdf . Acesso em: 15 mar. 2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (Brasil). Pronunciamento Técnico 38: Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Correlação às Normas internacionais de Contabilidade IAS 39 Disponível em: < www.cpc.org.br >. Acesso em: 12 mar 2017.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). Instruções e Deliberações. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Normas Brasileiras de Contabilidade. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

DELOITTE. Normas internacionais de contabilidade IFRS. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IASB (International Accounting Standards Board). *International financial reporting standard for small and medium-sized entities* (IFRS for SMEs). London: IASB, 2009.

KLANN, R. C. et al. Impacto das diferenças entre as normas contábeis brasileiras e americanas nos indicadores de desempenho de empresas brasileiras participantes da governança corporativa. In: XXXII Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD), 2008. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: EnANPAD, 2008.

KPMG. Sinopse Contábil & Tributária 2017. Departamento de Práticas Profissionais. Report. 2017. Disponível em <<https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/br/pdf/2017/11/br-kpmg-sinopse-contabil-tributaria-2017-versao-interina.pdf>>

MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial: a contabilidade como instrumento de análise, gerência e decisão, as demonstrações contábeis: origens e finalidades, os aspectos fiscais e contábeis das leis em vigor. Atlas, 2009.

MARTINS, Eliseu et al. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

NAVARRETE, J. A.; GUERREIRO, R. Estoques. In: ERNST & YOUNG; FIPECAFI. Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras. São Paulo: Atlas, 2009.

NIYAMA, J. K. Contabilidade internacional. São Paulo: Atlas, 2005.

PADOVEZE, Clóvis Luís. *Manual da Contabilidade Básica*. 3º. Ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. Metodologia da pesquisa em administração. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

WEFFORT, E. F. J. O Brasil e a harmonização contábil internacional: influências dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado. São Paulo: Atlas, 2005.